

ÁGUAS DA
AZAMBUJA



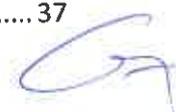
**RELATÓRIO
E CONTAS**

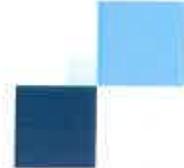
2019



ÍNDICE

1.	SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
2.	MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
3.	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	6
3.1.	Breve Historial	6
3.2.	Estrutura Acionista	7
3.3.	Órgãos Sociais.....	7
4.	OBJETO DA SOCIEDADE	8
5.	MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	9
5.1.	Missão.....	9
5.2.	Visão	9
5.3.	Valores.....	9
5.4.	Objetivos Estratégicos	9
6.	SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2019.....	11
6.1.	ENVOLVENTE EXTERIOR	11
6.2.	ENQUADRAMENTO LOCAL	17
6.3.	Regulação	18
6.4.	Recursos Humanos	19
6.5.	Regras Societárias.....	20
6.6.	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2019.....	20
6.7.	Organização, Processos e Sistemas.....	28
6.8.	ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA.....	29
6.9.	Análise de Gastos e Rendimentos	29
6.10.	Análise do Balanço.....	31
6.11.	Indicadores	32
7.	PERSPETIVAS PARA O FUTURO.....	33
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
9.	OUTRAS INFORMAÇÕES	35
10.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	36
11.	CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 E RESPECTIVO ANEXO	37



1. SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Indicadores Financeiros

		2017	2018	2019
Capital Social	Eur	50 000	50 000	50 000
Capital Próprio	Eur	1 460 363	1 821 643	2 246 399
Ativo Líquido Total	Eur	8 338 647	10 311 837	10 167 358
Volume de Negócios	Eur	3 655 236	3 474 122	3 696 940
EBITDA Ajustado (<i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	1 308 194	966 686	1 069 482
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	1 098 414	597 241	738 345
Resultados Antes de Impostos	Eur	928 734	445 218	554 376
Resultado Líquido do Exercício	Eur	851 654	361 280	424 756
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	58,32%	19,83%	18,01%
Rentabilidade do Ativo	%	10,21%	3,50%	4,17%
Autonomia Financeira	%	17,51%	17,67%	22,05%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	10	10	11

Indicadores de Atividade

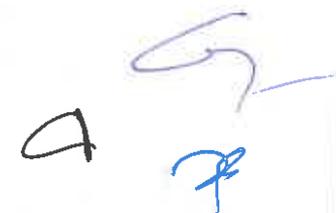
		2017	2018	2019
Nº de Municípios Abastecidos	nº	1	1	1
Área Geográfica Abrangida	Km2	262	262	262
População Residente na Área Abrangida	nº	21 814	21 814	21 814

Abastecimento

		2017	2018	2019
Nº de Clientes	nº	9 995	10 040	10 133
População Servida	nº	21 378	21 378	21 378
Volume de Água Vendida	(10 ³ m3)	1 195	1 139	1 176

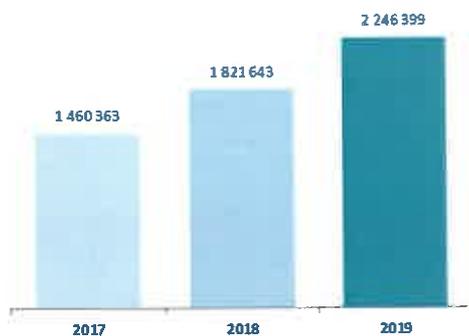
Saneamento

		2017	2018	2019
Nº de Clientes	nº	9 550	9 563	9 577
População Servida	nº	18 519	18 519	18 519
Efluente Facturado	(10 ³ m3)	896	862	863

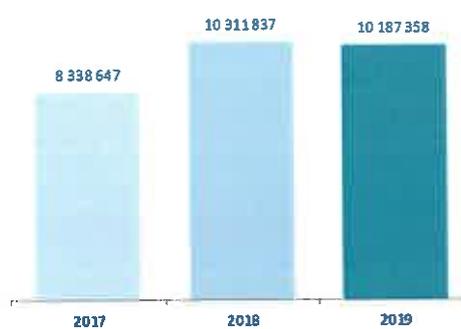




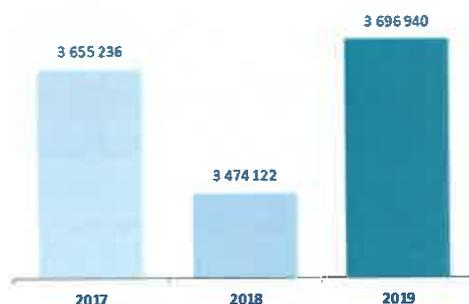
Capital Próprio (€)



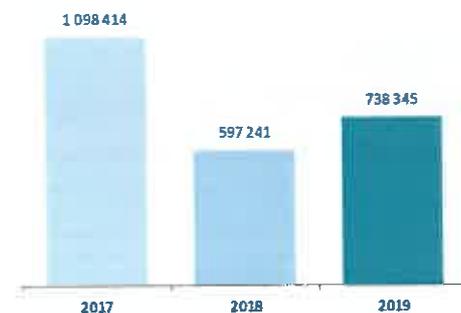
Ativo Líquido Total (€)



Volume de Negócios (€)



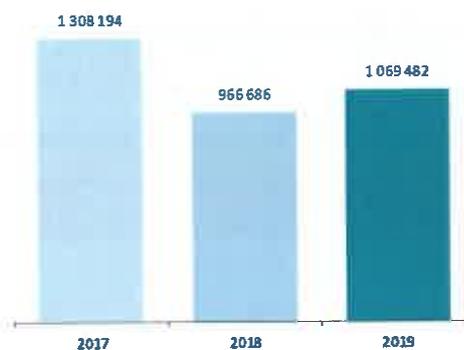
EBIT (Resultado Operacional) (€)



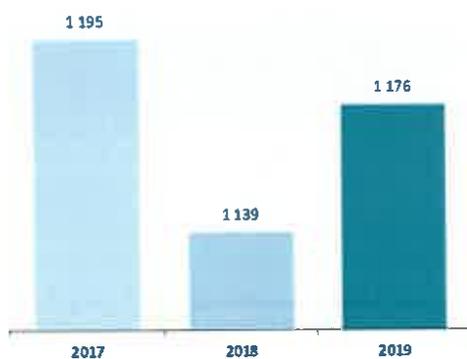
Resultado Líquido do Exercício (€)



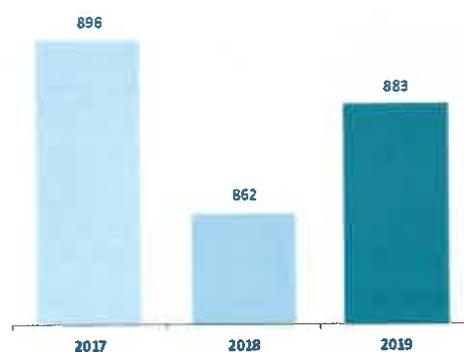
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)



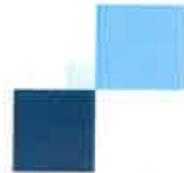
Volume de Água Vendida (x1000 m3)



Efluente Faturado (x1000 m3)



Handwritten signature and initials.



2. MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Águas da Azambuja registou em 2019 mais uma vez um aumento de clientes, o que demonstra a capacidade que o Município tem tido de um modo contínuo em fixar novos habitantes no Concelho ao longo dos últimos anos

A aposta em ações de comunicação, nos diversos canais, principalmente nas camadas mais jovens da população manteve-se de forma a promover o envolvimento da população com as questões ambientais e alertar para a necessidade premente de preservar os recursos hídricos.

Durante o ano de 2019 continuámos a apostar em cada vez mais estarmos junto dos nossos clientes, fizemos o lançamento de uma nova fatura de forma a fornecer mais informação e de forma mais clara sobre todos os serviços prestados pela Águas do Lena e as diversas entidades envolvidas.

Foi concluída em outubro de 2019 a obra de reforço do abastecimento de água no eixo Alcoentre / Aveiras-de-Cima / Aveiras-de-Baixo, infraestrutura essencial para o reforço do sistema de abastecimento e consolidação da sua robustez para fazer face às alterações climáticas. Em 2019 foi igualmente concluída a 2ª fase do Projeto de Telegestão com um evidente ganho na melhoria das condições de monitorização do sistema de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais. Foram também executadas as empreitadas de prolongamento da rede de águas residuais na Rua Fonte da Bica, Manique do Intendente e de Prolongamento da rede de águas residuais em Lugar de Casais da Caneira, Alcoentre.

A empresa é um exemplo de projeto de sucesso a nível nacional, que demonstra que o trabalho em conjunto de diversas entidades privadas e públicas traz eficiência e resultados muito positivos para o bem das comunidades locais.

A Águas da Azambuja tem grande orgulho em servir os seus clientes com elevados padrões de qualidade, em parceria com o Município de Azambuja e com as inúmeras entidades que ajudam a que o nosso trabalho se torne cada vez melhor. Estamos convictos que o nosso contributo para a qualidade de vida dos Azambujenses e todos os dias trabalhamos para que esse contributo seja sempre numa perspetiva de evolução positiva do Concelho.

O Presidente do Conselho de Administração

Paulo Jorge Almeida Oliveira



3. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

3.1. BREVE HISTORIAL

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída a 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A. No dia 11 de julho de 2009 deu-se início ao arranque da fase de exploração da concessão (período de funcionamento normal), que se irá prolongar por um período de 30 anos. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa dos sistemas municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais passou para a empresa Águas da Azambuja.

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012 e de condicionantes várias, relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento. Após parecer da Entidade Reguladora (ERSAR) em abril de 2015, a minuta de Aditamento foi aprovada pelo município em Assembleia Municipal em junho de 2015.

No dia 23 de junho de 2016 foi assinado o 1º aditamento ao Contrato de Concessão, que entrou em vigor no dia 22 de agosto de 2016, após análise e despacho do Tribunal de Contas. Concluiu-se assim o processo de reequilíbrio da Concessão e retomou-se a implementação de um conjunto de ações relacionadas com o aditamento, nomeadamente o Plano de Investimentos, o Regulamento de Serviços, o Tarifário e o processo de revisão de tarifas. A 23 de agosto de 2019, é publicado em Diário da República o Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Azambuja, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Azambuja de 18 de junho de 2019.

No final de outubro foram concluídas as obras do Plano de Investimentos revisto, associadas ao abastecimento de água (Obras FA01/FA11), promovendo assim a estruturação do sistema de abastecimento no eixo Aveiras-de-Cima | Alcoentre. O arranque deste sistema está condicionado à estabilização do reforço da capacidade adução por parte da EPAL/AdVLT ao reservatório de Alcoentre.

A execução do Projeto de ligação da zona industrial de Azambuja / Vila Nova da Rainha à rede de drenagem de águas residuais domésticas passou a ser desenvolvida em articulação com a IP-Infraestruturas de Portugal, S.A. no âmbito dos projetos de remodelação da EN 3 em Azambuja.

A conclusão pela AdVT do sistema interceptor de Casais das Boiças, permitiu, durante o mês de novembro de 2019, o arranque do sistema de drenagem de Casais das Boiças, já executado pelo município e concluído pela Águas da Azambuja no âmbito da primeira fase do Plano de Investimentos. Apesar deste investimento, a cobertura de serviço prevista, continua a ser afetada pelo atraso na conclusão do Plano de Investimentos por parte da entidade em alta no Município de Azambuja, nomeadamente em Vila Nova de São Pedro e Casais de Além.





3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Azambuja é uma Empresa com um capital de 50.000 euros, com a seguinte Estrutura Acionista:

Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
Pragosa Ambiente, S. A	25,00%
Luságua – Serviços Ambientais, S. A	0,01%
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S. A	0,01%

3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;

Sr.ª Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira – Secretária.

Conselho de Administração:

Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;

Dr. António José Martins de Sousa Lucas – Vogal.

Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.

Suplente do Fiscal Único: Dr. Luís Miguel Gonçalves Rosado





4. OBJETO DA SOCIEDADE

OBJETO

A sociedade tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.

(art.º 3 dos Estatutos da Sociedade)

Com o apoio

ÁGUAS DA AZAMBUJA



O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objetivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.

Handwritten initials and signatures in blue ink.



5. MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

5.2. VISÃO

Ser uma Concessão que se constitua como marca de confiança dos seus clientes, pela excelência do serviço público prestado.

5.3. VALORES

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;



5.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.



Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilícitos;
- Reduzir o número de afluência indevidas;
- Redução das perdas na rede de água.

Área Comercial:

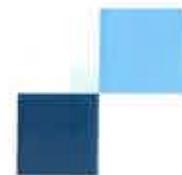
- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.



9
7



6. SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2019

6.1. ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

O ritmo de crescimento das principais economias tem vindo a diminuir e tem sido ligeiramente inferior ao esperado. Em grande parte deveu-se à incerteza causada pelas tensões comerciais entre os EUA e a China e ao processo irregular de saída do Reino Unido da UE. No entanto, o acordo alcançado entre os EUA e a China e a saída do Reino Unido da UE sugerem que, a partir de agora, a tendência será mais construtiva em ambos os casos.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro negativas para os valores de referência a três meses com redução de 0.032p.p e a seis meses com redução de 0.034p.p.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2017	2018	2019
Euribor 1M	-0,37%	-0,37%	-0,40%
Euribor 3M	-0,33%	-0,32%	-0,35%
Euribor 6M	-0,26%	-0,27%	-0,30%
Euribor 12M	-0,15%	-0,18%	-0,21%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O preço do petróleo apresentou no início de 2019 uma recuperação na perspetiva da procura e um forte impulso no preço do barril de Brent que o faz aumentar mais de 20 dólares até atingir os 74 dólares. No segundo semestre do ano o preço do barril de Brent demonstrou maior estabilidade e oscilou em torno dos 60 dólares.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.





Portugal

Em 2019, a economia portuguesa prosseguiu a trajetória de crescimento da atividade embora inferior aos anos anteriores. Estando o crescimento do PIB alinhado com as publicações para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Em 2019, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 0.3%, o que representa uma redução de 0.7p.p face aos valores de 2018.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 0.3%, (redução de 0.9p.p. face ao ano de 2018).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2017	2018	2019
PIB	3,5%	2,4%	2,0%
IPC	1,4%	1,0%	0,3%
IHPC	1,6%	1,2%	0,3%
Desemprego	8,9%	7,0%	6,3%
Consumo Privado*	2,1%	3,1%	2,3%
Consumo Público*	0,2%	0,9%	0,5%
Exportações*	8,4%	3,8%	2,8%
Importações*	8,1%	5,8%	5,4%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Nova Série - Base 2016)

* Dados Dezembro de 2019

A taxa média de **desemprego** em 2019 ascendeu a 6.3%, menos 0.7p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra uma redução na Baixa Tensão:

	2017	2018	2019
Média Tensão	167	167	167
Baixa Tensão Especial	182	181	182
Baixa Tensão Normal	152	151	148

Fonte: ERSE;

Em 2019, verificou-se uma desaceleração de 0.4p.p. do crescimento do PIB real (2%) relativamente ao valor registado em 2018 (2.4%), resultado de um processo de maturação do ciclo económico, que se traduz numa aproximação dos níveis de crescimento ao ritmo de crescimento potencial da economia.

Gx

Q 7



ENQUADRAMENTO DO SETOR 2019

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 421 entidades gestoras, das quais 266 com atividade de abastecimento público de água, excluindo-se cerca de 48 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 269 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 277 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2019), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
TOTAL	15	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2019

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 306 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 3 milhões de habitantes e 184 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 21 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.



Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,2 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	18
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	48	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	19	18	7
Serviços Municipais	184	191	228
TOTAL	306	257	255

Fonte: ERSAR, RASARP, 2019

No que se refere à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2019), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	83%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	72%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2019

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 28 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 42,5 % em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m ³)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	10	394	51.715	18,1
Concessões Municipais	28	968	108.325	17,9
País	256	5.594	811 332	29,4

Fonte: ERSAR, RASARP, 2019





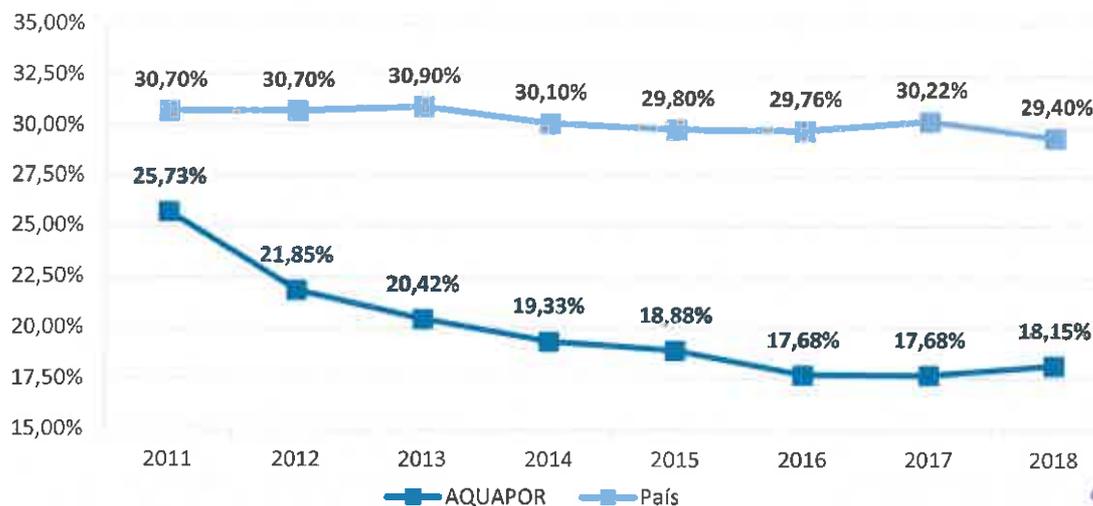
Quanto a **água não faturada**, segundo o RASARP 2019, a média continental foi de 29,4% referente ao ano de 2018, enquanto que a média do Grupo Aquapor foi de 18,1 % no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2019, em que o nível de água não faturada foi de 17,8%.

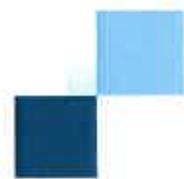
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720
Água não faturada (**)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896
Água não faturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,49%	18,15%	17,76%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	410 293

(*) Valores em milhares m³

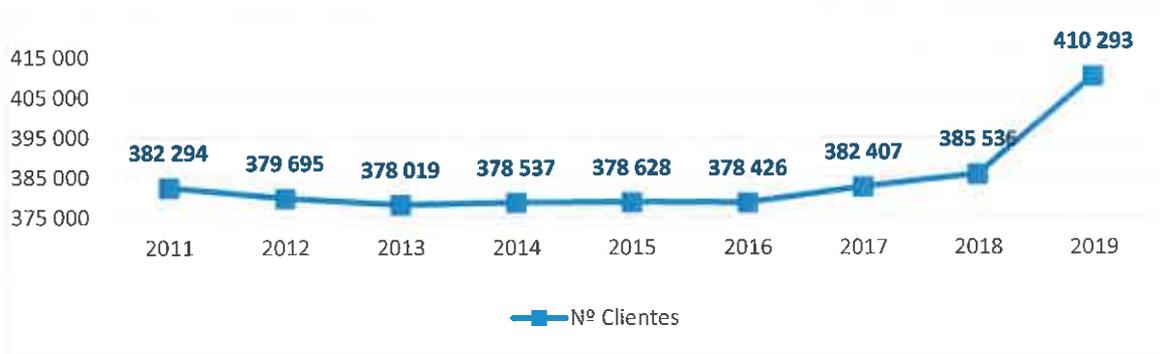


Comparando a evolução da água não faturada com a média do País dos últimos anos:

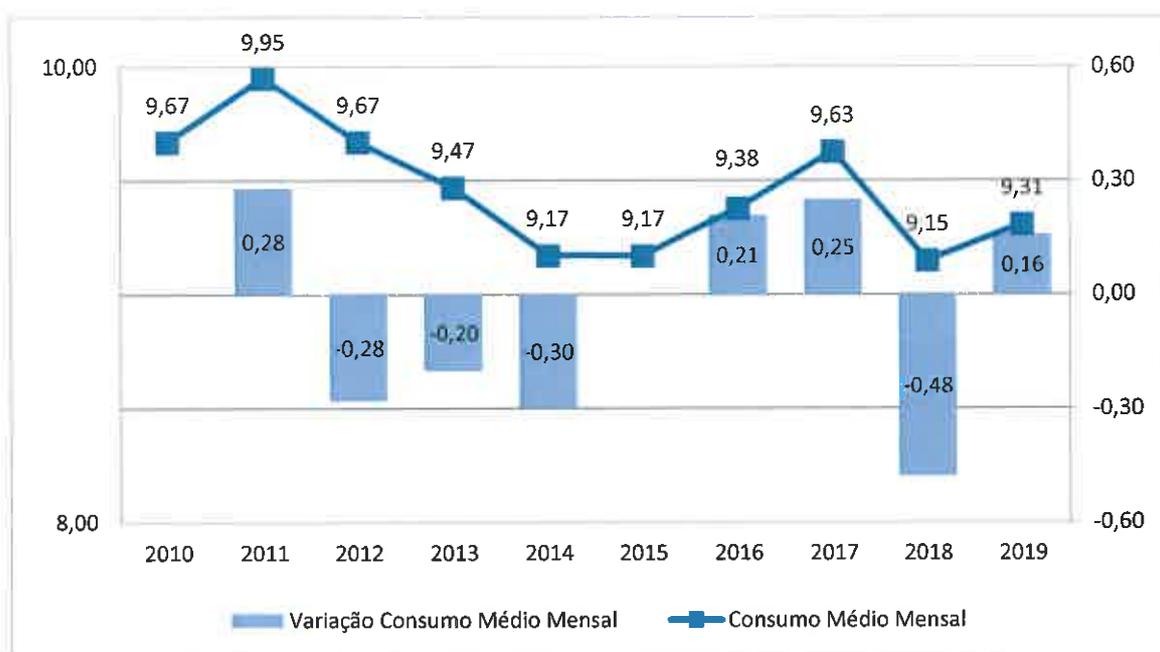


No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do número de clientes registada nos últimos anos, sendo de notar o aumento significativo do último ano associado ao arranque da Águas de Vila Real de Santo António.



Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um acréscimo de 0,16 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,3 m³/Cliente/mês:



Handwritten signature and initials in blue ink.



6.2. ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Azambuja é a Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade, dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja, com uma área geográfica de 262 km², uma população de 21.814 habitantes¹, ± 8.200 famílias e ± 11.900 alojamentos clássicos.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro e do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto. Os serviços de fornecimento de água e o tratamento de águas residuais em alta foram assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A., concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste, até junho de 2015 e pela empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo até junho de 2017. No início do 2º semestre de 2017 e na sequência da nova reestruturação do setor das águas ao nível dos sistemas multimunicipais através da cissão de alguns dos sistemas multimunicipais, a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT) passou a ser a entidade gestora em alta na área do abastecimento e a empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA) a entidade gestora em alta responsável pelo tratamento de águas residuais.

A atividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e, mais recentemente, serviços de transportes e logística. O concelho de Azambuja adquiriu, a nível nacional, apoiado nas excelentes acessibilidades e centralidade, uma posição de relevo na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização.

O Concelho da Azambuja encontra-se assim integrado numa região metropolitana alargada, situando-se numa área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Este quadro favorável e de proximidade tem permitido a consolidação dos setores industrial, da logística e dos transportes e o desenvolvimento do sector agroflorestal, assim como a criação de atividades complementares, de cariz cultural e turístico.

Os resultados dos Censos de 2011 indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta, quando comparado com o ano de 2001.

A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes – Azambuja e Aveiras de Cima – e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha.

Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos, mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, devido às condições de acessibilidade rodoviária e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Manique do Intendente e Vale Paraíso. ²

¹ INE – Resultados CENSOS 2011.

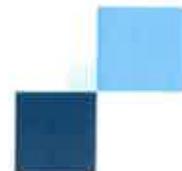
² Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, abril de 2010, elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados dos CENSOS 2011



6.3. REGULAÇÃO

A atividade de Águas da Azambuja é regida por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de maio de 2009, com a duração de 30 anos;
- Primeiro aditamento ao Contrato de Concessão celebrado a 23 de junho de 2016;
- O Tarifário de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais, que contempla, na sua fórmula de revisão tarifária, a variação do Índice de preços ao consumidor (IHPC – Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor publicado pelo Banco de Portugal) e os encargos associados à compra de água e ao tratamento de efluentes em alta;
- Regulamentos Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Azambuja, publicado a 23 de agosto de 2019 que estabelecem e definem as regras da relação comercial com os Utilizadores e as condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja;
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR, que é a entidade que regula todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e simultaneamente é a autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano.
- A ERSAR realiza, anualmente, a avaliação da qualidade de serviço das entidades gestoras, que decorre com o envio dos dados até 31 de março, auditoria e validação final, após o período de contraditório. Em 2019 a ERSAR deu continuidade à avaliação de desempenho referente ao ano de 2018, divulgada publicamente pela ERSAR através do RASARP (Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal).
- Com uma periodicidade anual, a Águas da Azambuja, enquanto entidade gestora, tem ainda a responsabilidade de submeter à aprovação da ERSAR os Planos de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte, relativos ao fornecimento de água em baixa e em alta ao município do Cadaval.
- Autoridade Concelhia de Saúde – a atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Águas da Azambuja, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, foram também promovidas reuniões com a Autoridade de Saúde, para análise dos programas de controlo de qualidade da água implementados.
- Legislação geral do sector, sendo de realçar a publicação do Decreto-lei n.º 152/2017 de 07 de dezembro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010 de 26 de julho, que estabelece o regime da qualidade da água para consumo humano.



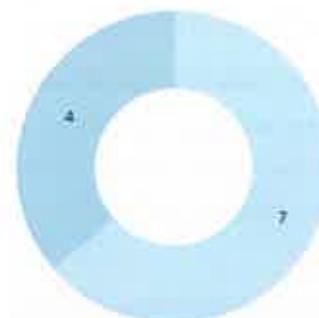
6.4. RECURSOS HUMANOS

A empresa tem ao seu serviço 11 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Colaboradores

	2017	2018	2019	Var. %
Contrato sem Termo	8	8	7	-13%
Contrato Termo Certo	2	2	4	100%
Total	10	10	11	0%

Tipo de Contrato



- Contrato sem Termo
- Contrato Termo Certo

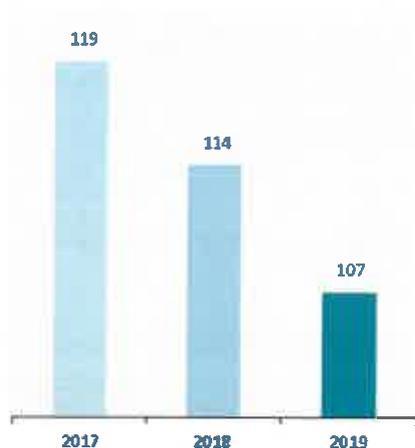
Saídas e Admissões 2019

	Admissões	Saídas	Turnover
Contrato sem Termo		1	
Contrato Termo Certo	2		
Total	2	(1)	5%

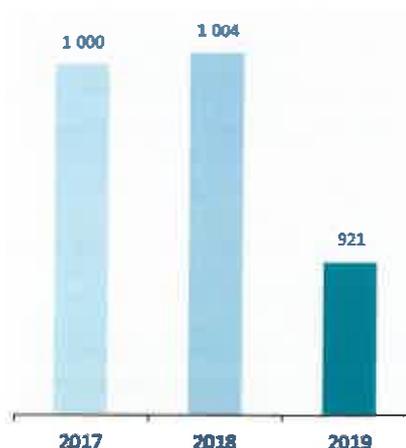
O número de colaboradores aumenta em relação ao ano anterior, registando-se duas admissões e uma saída.

Em termos de eficiência dos recursos humanos verifica-se de 2018 para 2019, uma redução ao nível dos m³ vendidos por n.º de colaborador e uma redução do rácio n.º de colaboradores por cada 1000 clientes.

m³ vendidos por colaborador



n.º clientes por colaborador



[Handwritten signature and initials]



6.5. REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia Geral reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366º do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Diretor Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos acionistas, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



6.6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2019

Factos Relevantes

Com o arranque do Plano de Investimentos em 2018, foi concluída em outubro de 2019 a obra FA01/FA11 – Reforço do Abastecimento de Água no eixo Alcoentre / Aveiras-de-Cima / Aveiras-de-Baixo, infraestrutura essencial para o reforço do sistema de abastecimento e consolidação da sua robustez para fazer face às alterações climáticas. Em 2019 foi igualmente concluída a 2ª fase do Projeto de Telegestão, tendo sido finalizado o arranque do sistema global, com um evidente ganho na melhoria das condições de monitorização do sistema de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

Na rubrica “Outras obras a realizar pela Concessionária por indicação da Câmara Municipal de Azambuja” foram executadas as seguintes empreitadas:

- Prolongamento da rede de águas residuais na Rua Fonte da Bica, Manique do Intendente
- Prolongamento da rede de águas residuais em Lugar de Casais da Caneira, Alcoentre

A AdAz continuou o trabalho de renovação do parque de contadores, tendo substituído em 2019 um total de 647 contadores, que representam aproximadamente 6% do parque de contadores, adequando assim a idade e as suas condições de funcionamento, quer nos pequenos contadores domésticos, quer nos grandes consumidores com soluções tecnológicas distintas.

A empresa manteve durante o ano de 2019, o envolvimento com a comunidade, através da participação em atividades festivas do concelho, de onde se destaca a Avinho, Festas de Vale Paraíso, Tasquinhas de Manique e Alcoentre e Feira de Maio de Azambuja.

Integrada em grupos de trabalho promovidos pela AQUAPOR, a Águas da Azambuja deu continuidade à implementação de ferramentas operacionais associadas ao: Plano de Segurança da Água (AquaControl), monitorização da rede de abastecimento de água (Neptune^R Network Supervisor Engine) e iniciou a implementação da solução SIG na Plataforma go.WATER, acompanhando assim a evolução das melhores práticas do setor.

DESEMPENHO DO SISTEMA

Exploração do Sistema

A concessão, ao longo da sua atividade, tem conseguido implementar melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, cumprindo com os objetivos estratégicos da empresa.

Em 2019 e no que diz respeito ao rendimento do sistema de abastecimento, apesar das ações implementadas pela empresa, registou-se uma diminuição na percentagem de água não faturada, que se situou nos 22 %, o que representa uma variação de – 2.6% p.p. face ao ano anterior.

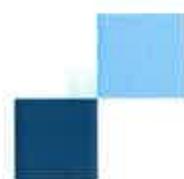
Volume de Água (m³)

	2017	2018	2019	Var. %
Água Aduzida	1 571 096	1 512 972	1 509 079	-0,3%
Água Vendida	1 194 574	1 138 504	1 175 504	3,2%
Perdas % (I)	24%	25%	22%	-2,6 p.p.

(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

O volume de água aduzida ao sistema (compra em alta) diminuiu, face ao ano de 2018, em 3.897 m³, o que representa uma variação de – 0.3%. O volume faturado registou um aumento, no valor de 37.000 m³, representando uma variação de + 3.2% face ao ano anterior. O referido aumento de consumo verificou-se em alguns tipos de clientes, em especial, nos clientes não domésticos do tipo “Câmara Municipais” (+ 52.244 m³) e doméstico (+ 14.877 m³).

No que diz respeito ao desempenho do sistema de drenagem de águas residuais domésticas, no ano de 2019 verificou-se, face a 2018, um incremento do volume de águas residuais entregue para tratamento à entidade gestora em alta, quantificado em 6.231 m³ (2019: 1.018.775 m³; 2018: 1.012.544 m³), representando uma variação de + 0.6% motivado pelas características do ano hidrológico e de um maior volume de água recolhido.



Em relação ao serviço prestado a clientes de recolha e transporte de águas residuais verificou-se, face a 2018, um aumento volume faturado, correspondente a 20.990 m³ (2019: 883.332 m³; 2018: 862.342 m³), representando uma variação de + 2.4%.

O valor de afluições indevidas (diferença entre volume de águas residuais recolhido e faturado e o volume entregue para tratamento) registado em 2019 foi de 135.443 m³, o que corresponde a um rendimento global do sistema de 86,7 %.

Plano de Investimentos / Novas Infraestruturas

Durante o ano de 2019, foi dada continuidade ao Plano de Investimentos associado ao 1^o Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo sido concluídos os seguintes investimentos:

- Obra FA01/FA11 – Reforço do Abastecimento de Água no eixo Alcoentre / Aveiras-de-Cima / Aveiras-de-Baixo numa extensão superior a 12 km, infraestrutura essencial para o reforço do sistema de abastecimento e consolidação da sua robustez para fazer face às alterações climáticas;
- 2^a fase do Projeto de Telegestão, tendo sido finalizado o arranque do sistema global, com um evidente ganho na melhoria das condições de monitorização do sistema de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

Na rubrica “Outras obras a realizar pela Concessionária por indicação da Câmara Municipal de Azambuja” foram executadas as seguintes empreitadas:

- Prolongamento da rede de águas residuais na Rua Fonte da Bica, Manique do Intendente
- Prolongamento da rede de águas residuais em Lugar de Casais da Caneira, Alcoentre

Manutenção do Sistema

As principais atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com entidades externas:

- Luságua – Serviços Ambientais S.A.: manutenção dos sistemas eletromecânicos;
- Pragosa Ambiente, S.A.: despejo de fossas e a limpeza desobstrução de coletores;
- Paulo Bento Construções, Lda.: manutenção da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- Aqualongo, Lda.: deteção ativa de perdas de água.

No decorrer do ano de 2019 foram reparadas 133 roturas na rede, o que significa uma diminuição de 24 % face ao ano de 2018, que registou 174 roturas. Nos meses de março, abril, maio e agosto realizaram-se campanhas de pesquisa ativa de fugas, tendo sido detetadas e reparadas 15 roturas não visíveis.

No quadro seguinte é apresentado o número de reparações mensais de roturas durante o ano de 2019.

Roturas

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Roturas	10	5	16	28	14	10	6	10	11	12	6	5	133



Roturas

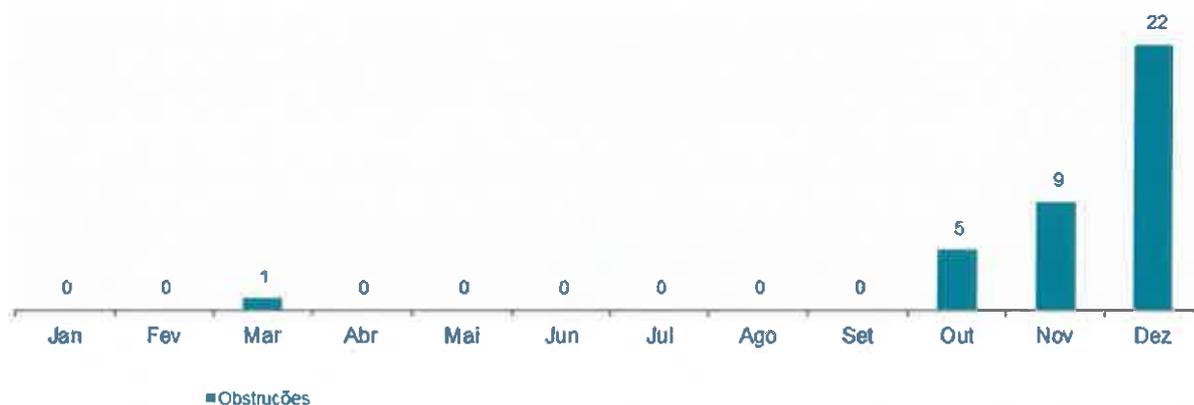


Relativamente à rede de saneamento, continua a verificar-se, à semelhança dos anos anteriores, um reduzido número de obstruções em coletores. No total, em 2019, ocorreram 37 obstruções em coletores (9 obstruções em 2018). O reduzido número de obstruções estará, também, diretamente relacionado com a manutenção preventiva da rede de drenagem.

Obstruções

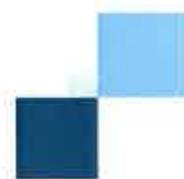
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Obstruções	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5	9	22	37

Obstruções



Relativamente à limpeza de fossas, foram assegurados 616 serviços, registando-se um incremento de 15% face ao ano 2018 (com 524 limpezas). O aumento progressivo do número de serviços registado desde 2017 (com 416 serviços) resulta também da implementação do novo tarifário na área do saneamento, aplicável a todos os clientes domésticos.

[Handwritten signature and initials]



Sistema de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolveu-se de acordo com o programa de controlo da qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente de controlo legal como entidade gestora em alta e em baixa, aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) assim como a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da água (entidade gestora em baixa e em alta) para 2018, estabelecido de acordo com o Decreto – Lei nº 306/2007 de 27 de agosto e o Decreto Lei n.º 152/2017 de 07 de dezembro, foi totalmente cumprido mediante a realização de 120 Controlos de Rotina 1 (CR1), 46 controlos de Rotina 2 (CR2) e 12 Controlos de Inspeção (CI).

Durante o ano de 2019 registaram-se 1 incumprimento, num total de 1130 determinações regulamentares. Relativamente ao 1 incumprimento verificado, e tendo em conta os resultados das análises de verificação da inconformidade (contra-análises), importa esclarecer que a origem dos mesmos deverá estar relacionada com a rede predial de abastecimento de água dos edifícios / instalações onde foram recolhidas as amostras (e não com a rede pública de abastecimento de água).

Em 2019 foram monitorizados 114 pontos de amostragem, tendo sido assegurada a rotatividade e a distribuição pelas 9 zonas de abastecimento existentes, para além do ponto de entrega em alta ao município do Cadaval.

Os pontos selecionados abrangeram locais públicos e clientes particulares, designadamente escolas, jardins-de-infância, lares de idosos, espaços públicos, restaurantes, cafés e alojamentos, estes últimos selecionados a partir do sistema de informação e gestão de clientes (AQUAMATRIX).

De salientar que no ciclo anual de avaliação promovido pela Entidade Reguladora (ERSAR), referente ao ano 2018 e publicado em 2019, no que se refere à qualidade da água fornecida à população, o indicador que avalia a água controlada e de boa qualidade, “% Água Segura” situa-se nos 99,81%, o que se traduz num excelente desempenho, de acordo com a avaliação da ERSAR.

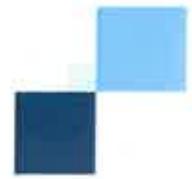
Imagem e comunicação

Em 2019 a empresa continuou a realizar campanhas de divulgação da sua atividade, no sentido de promover a confiança e satisfação dos seus clientes. Neste sentido realizou campanhas de divulgação em jornais locais relativos à eficiência ambiental, água segura e apoio solidário a uma instituição do concelho.

Participou também numa ação conjunta, promovida por um jornal da região, com várias escolas do concelho de Azambuja, Salvaterra de Magos e Vila Franca de Xira e os respetivos municípios, integrado nas comemorações alusivas ao Dia do Campo.

No âmbito de projetos de solidariedade, manteve a parceria com a Associação de Solidariedade Social Casa do Pombal, uma IPSS com sede na freguesia de Aveiras de Cima, que acolhe crianças em risco para a qual contribuiu com donativos que contaram com a participação de 620 clientes, através da adesão ao débito direto e/ou à fatura eletrónica.





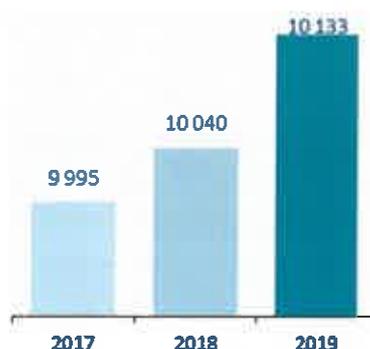
Área Comercial

Em 2019 registou-se, face ao ano anterior, um aumento de 93 clientes na área do abastecimento de água e, relativamente ao serviço de drenagem de águas residuais, um aumento de 19 clientes.

Durante o ano de 2019 foram construídos 44 ramais de água e 18 ramais de saneamento, na sequência de pedidos de ligação à rede (não contempla os ramais construídos no âmbito do Plano de Investimentos).

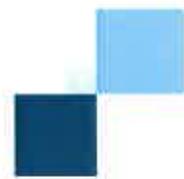
A Águas da Azambuja celebrou 901 novos contratos de fornecimento de água, associados, em grande parte, à dinâmica do mercado de aluguer de habitação. Face ao ano de 2018 (846 novos contratos) regista-se um aumento de + 6.1% no número de novos contratos celebrados.

Número de Clientes



Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2019, a Águas da Azambuja registou 808 rescisões de contrato de fornecimento o que resulta, tendo em conta o número de novos contratos (901) - e conforme já mencionado - numa variação total de mais 93 clientes.



Suspensões de fornecimento

Relativamente a suspensões de fornecimento por falta de pagamento (controlo de cobranças), ocorreram 278 suspensões no fornecimento, um aumento de + 1,80 % face a 2018 (com 273 suspensões de serviço).

Campanha de Substituição de Contadores

Durante o ano de 2019 foram substituídos 647 contadores (aproximadamente 6 % do parque de contadores) registando-se, a dezembro de 2019, uma idade média do parque de contadores de 6 anos.

Vendas e Prestações de Serviços

	2017	2018	2019	Var. %
Venda de Água	1 670 421	1 546 418	1 642 463	6%
Taxa de Disponibilidade	607 396	617 684	635 754	3%
Total Vendas de Água + Taxa Disp.	2 277 817	2 164 102	2 278 217	5%
Tarifa de Utilização de Saneamento	1 179 517	1 116 942	1 164 246	4%
Ramais Domiciliários (Água)	51 883	38 359	56 487	47%
Ramais Domiciliários (Saneamento)	8 013	7 690	30 705	299%
Outros Serviços	138 007	147 030	167 274	14%
Total das Prestações de Serviços	1 377 419	1 310 021	1 418 723	8%
Total de Volume de Negócios	3 655 236	3 474 122	3 696 940	6%

Em termos de faturação, a empresa atingiu um volume de negócios de 3 696 940 Euros

Tipo de Cliente

	Volume Vendido (m3)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	734 153	62%	797 019	1,09	8 680	86%
Comércio e Indústria	249 423	21%	624 328	2,50	962	9%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	140 323	12%	151 019	1,08	237	2%
Instituições de Utilidade Pública	51 097	4%	59 986	1,17	133	1%
Obras	0	0%	0		45	0%
Outros	508	0%	10 111		76	1%
Total	1 175 504	0	1 642 463		10 133	

Tipo de Cliente



(Handwritten signatures and initials)

A dezembro de 2019 os clientes do tipo “Doméstico” (8 680) representam a larga maioria dos clientes, com 86% do total de contratos existentes (10.133), seguindo-se os clientes do tipo “Comércio e Indústria” (962) que representam 9,0% do universo de clientes. No entanto, no que toca à distribuição do volume de água vendido por tipo de cliente, a diferença diminui, com os clientes do tipo “Doméstico” a representar 62% do volume fornecido (734.153 m³) e os do tipo “Comércio e Indústria” 21% (249.423). Como seria expectável, no que toca ao valor de venda (faturação associada à tarifa volumétrica), a diferença entre os dois tipos de clientes volta a diminuir substancialmente, verificando-se que os clientes do tipo doméstico correspondem a 48,9% (797.019 €) e o “Comércio e Indústria” a 38,3% do volume de venda (624.328 €).

Em média, verifica-se um consumo 9,67 m³ por cliente e por mês. No que toca à capitação associada a clientes domésticos, verifica-se um consumo médio de 7,05 m³ por cliente e por mês.

Formas de Pagamento

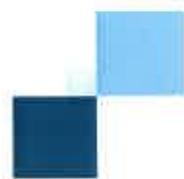
Apresenta-se, na tabela seguinte, a distribuição no número de pagamentos de faturas pelos vários canais de pagamento disponibilizados a clientes. Face ao ano de 2018 o número de pagamentos efetuados na loja da empresa diminuiu cerca de 11%, representando 18% do total (22.498 pagamentos). O meio de pagamento com maior representatividade – recolhe a preferência de 36 % dos clientes – é o débito direto, que apresenta um aumento, por comparação com 2018 (42.923), de 709 pagamentos (+ 2 %); O Multibanco, em 2018 era o segundo canal mais utilizado (34% em 2018), apresenta um crescimento de 2.418 pagamentos (+ 6%) representando no total uma percentagem de 36%.

Modalidade de Pagamento

	2017	2018	2019	Var. %
Loja	25 489	25 393	22 498	-11%
Débito em Conta	41 356	42 923	43 632	2%
Payshop	3 561	12 816	12 648	-1%
Multibanco	48 898	41 098	43 516	6%
Balcão EDP	0	0	0	
Total	119 304	122 230	122 294	

Destaca-se ainda, em relação à fatura digital, a adesão de mais 200 clientes registando-se, a dezembro de 2019, um total de 1 587 clientes (15,7 %) aderentes.





6.7. ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se estabilizada no modelo definido para a gestão e manutenção das infraestruturas de água e águas residuais, em conjunto com a fiscalização e acompanhamento das Obras que fazem parte do Plano de Investimentos.

A este respeito, salientamos novamente o trabalho desenvolvido ao nível do cadastro técnico e comercial, que permite um elevado nível de conhecimento das infraestruturas e dos utilizadores. Em termos gerais, a Concessão engloba 10 133 contratos ativos a 31 dezembro de 2019.

Apresenta-se de seguida um breve resumo das infraestruturas em serviço.

Infra-Estruturas	2019 nº/ km
Rede de Abastecimento de Água	284
Rede de Saneamento	143
Reservatórios	18
Estações Elevatórias de Abastecimento	7
Estações de Tratamento de Águas Residuais	21

Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido muito positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações decorrentes do normal funcionamento e atribuições da Concessão, tanto a nível da operação de infraestruturas assim como no relacionamento com os clientes e outras entidades interessadas.

A este nível é de realçar o contacto próximo com as Juntas de Freguesia, as entidades gestoras em alta Águas do Vale do Tejo e Águas do Tejo Atlântico, Autoridade Concelhia de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.





6.8. ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

NOTA INTRODUTÓRIA:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2019, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

6.9. ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa registou, no ano de 2019, um resultado líquido de 424.756 euros.

Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2017	2018	2019	Var. %
Vendas	2 277 817	2 164 102	2 278 217	5%
Prestações de Serviços	1 377 419	1 310 021	1 418 723	8%
Volume de Negócios	3 655 236	3 474 122	3 696 940	6%
CMVMC	921 221	898 204	914 149	2%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 311 357	1 309 133	1 377 268	5,2%
Gastos com o Pessoal	229 381	229 853	283 716	23,4%
Outros Resultados Operacionais	118 942	(232 838)	(138 032)	41%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1 312 219	804 095	983 775	22%
Amortizações	213 805	206 854	245 430	19%
Resultado operacional (RO)	1 098 414	597 241	738 345	24%
Resultados Financeiros	(169 680)	(152 023)	(183 970)	-21%
Resultados Antes de Impostos	928 734	445 218	554 375	25%
Imposto Sobre o Rendimento	77 080	83 937	129 020	54%
Resultado Líquido do Exercício	851 654	361 280	424 756	18%

Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2017	2018	2019	Var. %
EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)	1 308 194	966 686	1 069 482	11%
Margem EBITDA Ajustado	36%	28%	29%	4%
EBIT (Resultado Operacional)	1 098 414	597 241	738 345	24%
Margem EBIT	30%	17%	20%	16%

EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios





O Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:

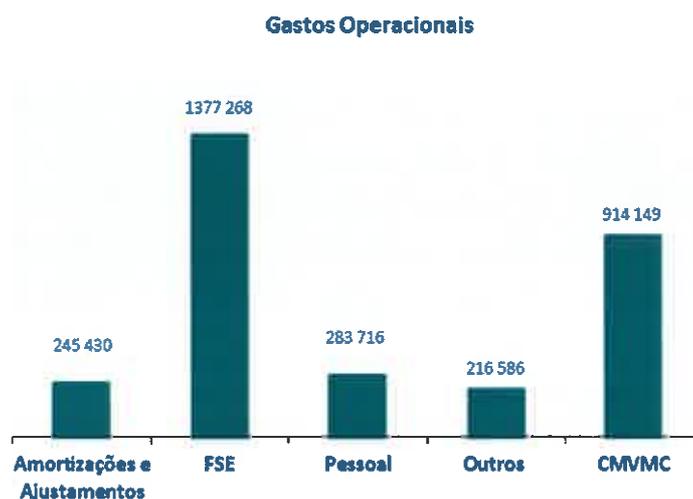


EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) registou um resultado positivo de 738.345 euros. Os rendimentos operacionais no montante total de 3.775.494 euros superaram os gastos operacionais que atingiram os 3.037.149 euros

O volume de negócios cresceu 6% essencialmente por via de maior caudal faturado.

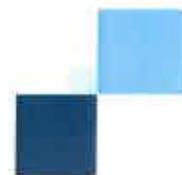
Relativamente aos Gastos Operacionais temos a seguinte decomposição:



Os **Fornecimentos e Serviços Externos** aumentaram 5.2%.

Resultado Financeiro

A vertente financeira registou um agravamento de 21% com um resultado negativo de 183 mil euros, explicado pelo 14º desembolso associado ao financiamento de Mlp no valor de 1.876 mil euros, ocorrido no final de 2018.



6.10. ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço	(em euros)			
	2017	2018	2019	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	5 229 635	6 156 708	7 570 813	23%
Outros	54 883	102 466	82 909	-19%
Total dos Ativos não Correntes	5 284 518	6 259 174	7 653 722	22%
Créditos a receber	1 070 753	980 743	1 057 389	8%
Diferimentos	68 360	68 389	68 485	0%
Outros	1 915 016	3 003 531	1 407 182	-53%
Total dos Ativos Correntes	3 054 129	4 052 663	2 533 636	-37%
Total do Ativo	8 338 647	10 311 837	10 187 358	-1%
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	1 460 363	1 821 643	2 246 399	23%
Financiamentos Obtidos	4 177 469	5 768 727	5 374 151	-7%
Dívidas a pagar	467 476	450 334	427 912	-5%
Outros	278 757	448 358	535 499	19%
Total dos Passivos não Correntes	4 923 702	6 667 419	6 337 562	-5%
Dívidas a pagar	1 831 848	1 486 335	1 266 526	-15%
Financiamentos Obtidos	122 734	336 440	336 871	0%
Total dos Passivos Correntes	1 954 582	1 822 775	1 803 397	-12,04%
Total do Passivo	6 878 284	8 490 194	7 840 959	-6%
Total do Capital Próprio e do Passivo	8 338 647	10 311 837	10 187 358	-1%

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2019, o montante de 10.187 mil euros.

Os **Ativos não Correntes** aumentam 22% essencialmente pelo registo de ativos intangíveis em curso.

Os **Ativos Correntes** decrescem 37% contribuindo a redução dos saldos de disponibilidades bancárias.

O **Capital Próprio** aumenta por via da incorporação do resultado positivo verificado em 2019.

Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2019, o montante de 6.337 mil euros, valor inferior em 5% ao registado no final de 2018, por via dos reembolsos do financiamento junto da CGD.

A variação verificada nos **Passivos Correntes** resulta igualmente da redução do saldo de fornecedores e dívidas a pagar.





6.11. INDICADORES

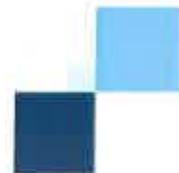
Os principais indicadores registaram os seguintes valores:

Indicadores	(em euros)			
	2017	2018	2019	Var. %
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	58%	20%	19%	-0,01 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	10%	4%	4%	0,01 p.p.
Autonomia Financeira (%)	18%	18%	22%	0,044 p.p.
Solvabilidade (%)	21%	21%	28%	0,068 p.p.

Os indicadores de Rentabilidade apresentam-se estáveis face ao ano anterior.

Ao nível dos indicadores de endividamento, quer a Autonomia Financeira quer a Solvabilidade crescem face ao ano anterior, por via da redução do ativo e passivo e aumento do capital próprio.





7. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

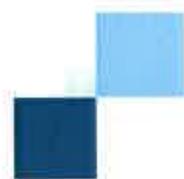
Para o ano de 2020 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Continuação das Obras previstas no Plano de Investimento;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com especial enfoque na redução do volume de água não faturada e do número de falhas no abastecimento de água;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de drenagem de águas residuais domésticas por via da redução e controlo de afluências indevidas;
- Implementação de um sistema de informação geográfica;
- Otimização do Sistema de Telegestão;
- Utilização de nova plataforma para monitorização e acompanhamento de indicadores operacionais, com o objetivo de uma gestão mais eficiente dos sistemas;
- Aposta na melhoria contínua em todos os processos implementados na empresa;
- Promoção da confiança e satisfação dos clientes.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

- Posicionamento das concessionárias dos sistemas multimunicipais;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos e utilização de captações próprias;
- Alteração da legislação aplicável ao setor;
- Condicionantes externas à normal conclusão do Plano de Investimentos;
- Alterações climáticas que potenciam a escassez dos recursos hídricos e a ocorrência de eventos extremos.
- Impacto sócio-económico da evolução da pandemia do Covid-19.



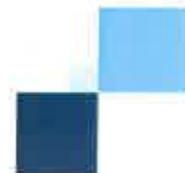


8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2019, o Conselho de Administração manifesta o seu elevado apreço e consideração a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo notável sentido de serviço e de missão que colocam nas suas atividades diárias;
- a Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e PRAGOSA AMBIENTE, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- a Entidade Reguladora pelo suporte e contributo para o desempenho da Concessionária;
- os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- o Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho demonstrado no exercício das suas funções.





9. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Nas últimas semanas tem vindo a ser reportado, a nível nacional um crescente número de casos de infeção da população com o vírus Covid-19, tendo o governo e restantes agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na atividade económica das empresas. Apesar de ainda não se terem verificado impactos materiais na sua atividade, o Conselho de Administração da Águas da Azambuja está a monitorizar a evolução da pandemia do Covid-19 e está a acompanhar a posição das autoridades relevantes. Nesta fase, não é possível quantificar a magnitude dos impactos se o nível de risco piorar, no entanto, estamos a implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar o impacto do vírus Covid-19 na Empresa;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2019;
- A sociedade não tem sucursais.





10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2019, no montante de 424.756 euros seja transferido para resultados transitados.

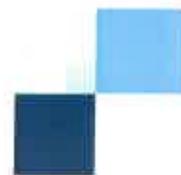
O Conselho de Administração

Paulo Jorge Almeida Oliveira

Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

António José Martins de Sousa Lucas

Azambuja, 25 de março de 2020



11. CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 E RESPECTIVO ANEXO

Águas da Azambuja, S.A.

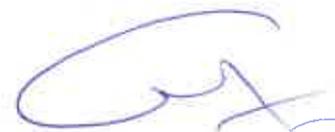
BALANÇO

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	18 978	16 124
Ativos Intangíveis	7	7 551 835	6 140 584
Outros investimentos financeiros		1 246	1 170
Outros Ativos Financeiros		18 900	60 995
Ativos por Impostos Diferidos	12	62 763	40 300
		7 653 722	6 259 174
Ativo Corrente			
Inventários	9	32 819	37 032
Clientes	13	560 346	500 832
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	-	3 085
Outros Créditos a Receber	13.2	497 643	479 911
Diferimentos	15.2	68 465	68 389
Caixa e Depósitos Bancários	4	1 374 363	2 963 414
		2 533 636	4 052 663
Total do Ativo		10 187 358	10 311 837
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.8	50 000	50 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1 895 000	1 895 000
Reservas Legais		24 272	24 272
Resultados Transitados	15.3	(147 628)	(508 909)
Resultados Líquidos do Período	15.3	424 756	361 280
Total do Capital Próprio		2 246 399	1 821 643
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	535 499	448 358
Financiamentos Obtidos	13.5	5 374 151	5 768 727
Outras Dívidas a Pagar	13.4	427 912	450 334
		6 337 562	6 667 419
Passivo Corrente			
Fornecedores	13.3	626 702	762 468
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	170 128	131 314
Financiamentos Obtidos	13.5	336 871	336 440
Outras Dívidas a Pagar	13.4	469 697	592 553
		1 603 397	1 822 775
Total do Passivo		7 940 959	8 490 194
Total do Capital Próprio e Passivo		10 187 358	10 311 837

Conselho de Administração





Contabilista Certificado



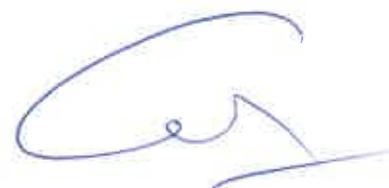


Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Período findo em 31 de Dezembro de 2019

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	3 696 940	3 474 122
Trabalhos para a Própria Entidade	15.10	4 192	3 280
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(914 149)	(898 204)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(1 377 268)	(1 309 133)
Gastos com o Pessoal	14	(283 716)	(229 853)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(6 210)	(3 198)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(79 496)	(159 393)
Outros Rendimentos	15.5	74 362	43 946
Outros Gastos	15.6	(130 879)	(117 472)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		983 775	804 095
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(245 430)	(206 854)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		738 345	597 241
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	3 702	3 507
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(187 672)	(155 530)
Resultado antes de Impostos		554 376	445 218
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(129 620)	(83 937)
Resultado Líquido do Período		424 756	361 280

Conselho de Administração





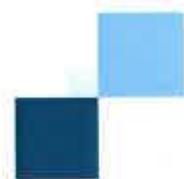
Contabilista Certificado



Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	50 000	1 895 000	24 272	(1 360 562)	851 654	1 460 363
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	851 654	(851 654)	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	851 654	(851 654)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						
RESULTADO INTEGRAL						
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	50 000	1 895 000	24 272	(508 909)	361 280	1 821 643
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	50 000	1 895 000	24 272	(508 909)	361 280	1 821 643
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	361 280	(361 280)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						
RESULTADO INTEGRAL						
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	50 000	1 895 000	24 272	(147 628)	424 756	2 246 399

Conselho de Administração

Contabilista Certificado



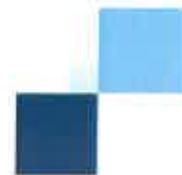
Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de dezembro de 2019

Quantias em Euros

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais – método direto		
Recebimentos de Clientes	4 665 008	4 541 977
Pagamentos a Fornecedores	(3 485 149)	(4 333 471)
Pagamentos ao Pessoal	(269 827)	(228 832)
Caixa gerada pelas operações	910 031	(20 326)
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(120 888)	(75 585)
Outros recebimentos / pagamentos	(73 775)	(69 546)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)	715 368	(165 457)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(711 151)	(3 672)
Ativos Intangíveis	(1 064 213)	(411 747)
Outros Ativos	-	(8 371)
	(1 775 364)	(423 790)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	5 348
	-	5 348
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	(1 775 364)	(418 442)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	1 876 245
	-	1 876 245
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(425 400)	(97 195)
Juros e gastos similares	(87 291)	(71 679)
Outras operações de financiamento	(16 365)	(36 000)
	(529 056)	(204 874)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	(529 056)	1 671 371
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(1 589 052)	1 087 472
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 963 414	1 875 942
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 374 363	2 963 414

Conselho de Administração

Contabilista Certificado



Águas da Azambuja, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros

exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, que tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja.

A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

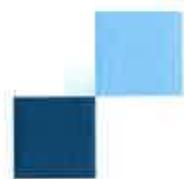
- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Pragosa Ambiente, S.A. - 25%.

Atividade Concessionada

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.



No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

Com base no Parecer da ERSAR de abril de 2015, foi aprovado nos diferentes órgãos autárquicos em julho de 2015 o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão. O processo de aprovação do Aditamento obteve o consentimento da Entidade Financiadora do Projeto e o visto por parte do Tribunal de Contas, tendo ficado concluído com a assinatura do mesmo a 23 de junho de 2016.

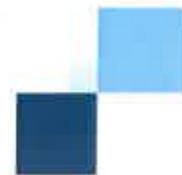
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2019 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.



3. Políticas contabilísticas

3.1 Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. Desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão.

Por outro lado, não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um Ativo Intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.



As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2019	2018
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Depreciação.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

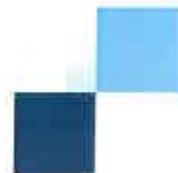
Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.



Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.



Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2019	2018
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	4,54%	4,21%
Outros Ativos Intangíveis - Reversíveis	4,54%	4,21%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis:

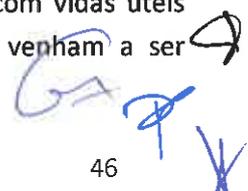
(b.1) Propriedade Industrial

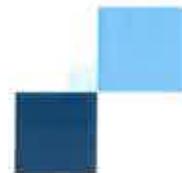
Nesta rubrica encontra-se refletida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A depreciação é efetuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as depreciações de investimentos iniciais ou os que venham a ser





posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As depreciações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é, pela depreciação dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.





O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja entre 7,5 e 35 milhões de Euros, acima deste valor a taxa é de 9% o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 31,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.



(e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou depreciação da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(e.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

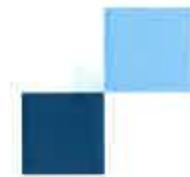
(e.2) Outros Créditos a Receber

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;
- Acionistas.

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).



(e.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

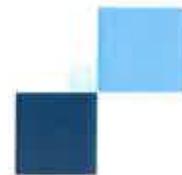
(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).



(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas. De acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(h.4) Ajustamentos em ativos financeiros

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com a Caixa BI.

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(i.1) Provisões para investimentos de substituição

O valor constante nesta rubrica, registado ao custo amortizado, é referente à constituição da provisão de Investimento de Substituição, o qual será utilizado para reparar e manter em bom estado de funcionamento os equipamentos utilizados na rede de abastecimento.

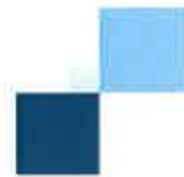
(j) Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

(j.1) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado, ao custo amortizado, na rubrica de Outros Passivos Financeiros.



(j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

(j.3) Outras Dívidas a Pagar

As outras dívidas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Acionistas;
- Outros credores;

Os empréstimos de acionistas encontram-se valorizados ao custo.

(j.4) Outros ativos financeiros

Esta rubrica inclui o valor de mercado dos instrumentos derivados usados para a cobertura da taxa de juro.

(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Vendas e Prestações de Serviço

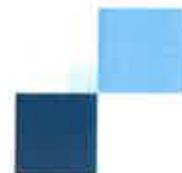
As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.



(m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(m.2) Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.



Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (CAP).

(p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.



Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(q) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.





(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2019	2018
Caixa	600	334
Depósitos à Ordem	1 373 763	2 963 080
	1 374 363	2 963 414

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

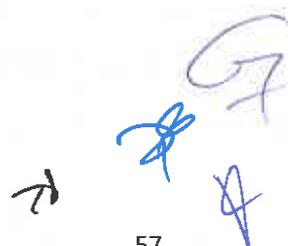
Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
<i>Pragosa Ambiente</i>	Limpeza, recolha, transporte e valorização de resíduos	Batalha
<i>Construções Pragosa</i>	Obras de construção civil	Batalha
<i>Ecobrejo</i>	Gestão de resíduos e do ambiente	Batalha
<i>Luságua Lisboa</i>	Distribuição de Água	Lisboa
<i>Águas de Alenquer</i>	Distribuição de Água	Alenquer

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.





A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

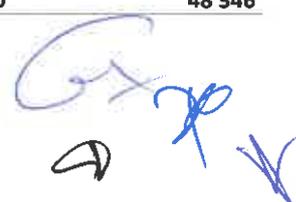
Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas e apoio comercial.
Luságua Serviços Ambientais	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
Ecobrejo	-	Assistência técnica.
Construções Pragosa	-	Obras de Construção Civil.
Pragosa Ambiente	-	Recolha e transporte de resíduos.
Luságua Lisboa	Material Hidráulico	-
Águas de Alenquer	Material Hidráulico	-

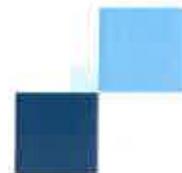
A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas	
						Saldo devedor	Saldo credor
Aquapor Serviços	2019	-	126 903	-	27 422	-	-
	2018	-	131 908	-	124 358	-	-
Luságua Serviços Ambientais	2019	-	49 024	-	19 622	-	-
	2018	-	40 654	-	34 799	-	-
Ecobrejo	2019	-	-	-	-	-	-
	2018	-	17 974	-	13 456	-	-
Construções Pragosa	2019	-	11 905	-	31 284	-	-
	2018	-	-	-	202 060	-	-
Pragosa Ambiente	2019	-	123 598	-	18 473	-	-
	2018	-	33 473	-	22 764	-	-
Águas do Lena	2019	-	-	-	-	-	-
	2018	-	1 189	-	-	-	-

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2019	2018
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	81 240	48 346
Total de remunerações	81 240	48 346





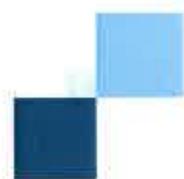
7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Investimento de substituição	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:						
1 de janeiro de 2018	4 639 475	1 164	-	888 156	582 720	6 111 516
Aquisições	38 633	-	-	-	1 091 120	1 129 753
Transferências	553 024	-	-	(26 125)	(526 899)	-
31 de dezembro de 2018	5 231 132	1 164	-	862 031	1 146 941	7 241 268
Aumentos	176	-	-	-	1 647 245	1 647 421
Transferências	2 765 693	-	-	-	(2 765 693)	-
31 de dezembro de 2019	7 997 001	1 164	-	862 031	28 493	8 888 689
Amortizações e Imparidade:						
1 de janeiro de 2018	742 203	1 164	-	160 623	-	903 990
Amortizações	167 159	-	-	29 537	-	196 696
31 de dezembro de 2018	909 362	1 164	-	190 159	-	1 100 685
Amortizações	205 655	-	-	30 515	-	236 170
31 de dezembro de 2019	1 115 017	1 164	-	220 675	-	1 336 855
Valor líquido contabilístico:						
A 31 de Dezembro de 2019	6 881 984	-	-	641 357	28 493	7 551 835
A 31 de Dezembro de 2018	4 321 770	-	-	671 872	1 146 941	6 140 584
A 1 de Janeiro de 2018	3 897 272	-	-	727 534	582 720	5 207 526

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direito de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.





8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Imobilizações em curso	Total Ativos Tangíveis
Custo:					
1 de janeiro de 2018	57 259	61 158	16 361	-	134 778
Aumentos	-	3 138	359	677	4 174
31 de dezembro de 2018	57 259	64 296	16 720	677	138 952
Aumentos		7 654	4 459		12 114
31 de dezembro de 2019	57 259	71 951	21 179	677	151 066
Amortizações e Imparidade:					
1 de janeiro de 2018	48 505	56 328	7 836	-	112 669
Amortizações	5 726	3 711	721	-	10 158
31 de dezembro de 2018	54 231	60 039	8 557	-	122 827
Amortizações	2 953	5 237	1 070		9 260
31 de dezembro de 2019	57 184	65 276	9 627	-	132 087
Valor líquido contabilístico:					
A 31 de Dezembro de 2019	75	6 675	11 552	677	18 978
A 31 de Dezembro de 2018	3 028	4 257	8 163	677	16 124
A 1 de Janeiro de 2018	8 754	4 830	8 525	-	22 109

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2019	2018
5 Contratos de aluguer de viaturas	29.247	39.443
	29.247	39.443

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2019	2018
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	9.666	13.221
Mais de um ano e não mais de cinco anos	19.581	26.222
Total dos Pagamentos	29.247	39.443





9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2019	2018
	32 819	37 032
	32 819	37 032

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de janeiro de 2018	39 075	39 075
Compras	896 161	896 161
Existências em 31 de dezembro de 2018	(37 032)	(37 032)
CMVMC	898 204	898 204
Existências em 1 de janeiro de 2019	37 032	37 032
Compras	909 936	909 936
Existências em 31 de dezembro de 2019	(32 819)	(32 819)
CMVMC	914 149	914 149

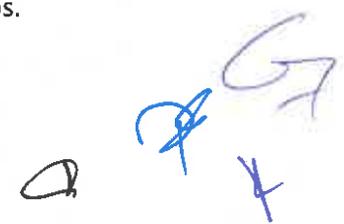
10. Rédito

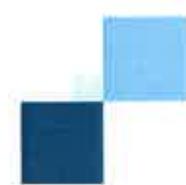
O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2019	2018
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	1 642 463	1 546 418
Quota Serviço Água	635 754	617 684
	2 278 217	2 164 102
Prestações de Serviços		
Diversos	254 477	193 079
Venda de Saneamento	1 164 246	1 116 942
	1 418 723	1 310 021
	3 696 940	3 474 122

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.





11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2018	278 757	278 757
Reversões do ano	(19 719)	(19 719)
Aumentos do ano	179 112	179 112
Ajustamento temporal	10 208	10 208
A 31 de Dezembro de 2018	448 358	448 358
A 1 de Janeiro de 2019	448 358	448 358
Reversões do ano	(20 341)	(20 341)
Aumentos do ano	99 837	99 837
Ajustamento temporal	7 644	7 644
A 31 de Dezembro de 2019	535 499	535 499

A Ação Administrativa Comum no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposta pela extinta Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 601.538 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2011, foi declarada extinta por Sentença já transitada em julgado, na sequência da decisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em anular os valor em dívida.

Encontra-se pendente a Acção Administrativa apresentada também pela mesma extinta Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 730.148 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2010. Neste processo foi deduzida oposição com fundamento no facto de a Águas do Oeste não ter concluído nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de Azambuja, o que impede nos termos do contrato e da legislação em vigor a aplicação dos caudais mínimos garantidos. Para além da Oposição a Águas da Azambuja apresentou ainda um pedido de reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja."

12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2019	2018
Imposto Corrente		
IRC do ano	129 620	83 937
	129 620	83 937

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.



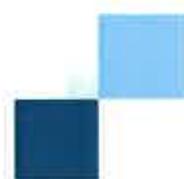
A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Bade de imposto		Taxa de imposto	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes de impostos	554 376	445 218		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	124 735	100 174	22,50%	22,50%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	20 341	19 719		
Restituição de impostos não dedut. e excesso de estim.	4 871			
Outros	-	-		
	25 212	19 719	(5,02%)	(5,00%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Prémios de seguros				
Multas, coimas e juros compensatórios	7	2 179		
Créditos incobráveis	8 210	-		
Provisões para além limites legais	91 798	200 811		
Ajudas de custo por deslocação em viatura própria do trabalhador	23 440	2 811		
Outros	-	27		
	123 455	205 828	(9,01%)	(14,40%)
Lucro tributável	652 619	631 326		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	137 050	132 579	24,72%	29,78%
Tributação autónoma	5 244	1 018	0,95%	0,23%
Derrama	9 789	9 470	1,77%	2,13%
Utilização de perdas fiscais	-	(18 829)	0,00%	(4,23%)
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(22 463)	(40 300)	(4,05%)	(9,05%)
	(7 430)	(48 641)	(1,34%)	(10,93%)
Imposto sobre o rendimento	129 620	83 937	23,38%	18,85%

As quantias de ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2019	2018	2019	2018
Impostos Diferidos Ativos				
Provisões não aceites fiscalmente	62 763	40 300	(62 763)	(40 300)
Total	62 763	40 300	(62 763)	(40 300)





13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2019	2018
Corrente			
Clientes			
Valor Bruto		637 945	572 222
Imparidade		(77 599)	(71 389)
		560 346	500 832
Outros créditos a receber			
		497 643	479 911
		1 057 989	980 743
Instrumentos Financeiros Passivos		2019	2018
Não corrente			
Financiamentos obtidos			
Outras dividas a pagar		5 374 151	5 768 727
		427 912	450 334
		5 802 063	6 219 061
Corrente			
Fornecedores			
Financiamentos obtidos		626 702	762 468
Outras dividas a pagar		336 871	336 440
		469 697	592 553
		1 433 270	1 691 461
		7 235 333	7 910 522
Instrumentos Financeiros de Capital		2019	2018
Capital			
Outros instrumentos de capital		50 000	50 000
Prestações suplementares		1 895 000	1 895 000
		1 945 000	1 945 000

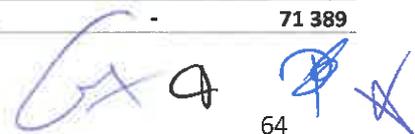
13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2019	637 945	430 639	98 814	9 918	710	33 274	64 590
Ano 2018	572 221	398 891	77 793	9 163	2 145	6 542	77 687

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2019					
Clientes	71 389	6 210	-	-	77 599
	71 389	6 210	-	-	77 599
Exercício de 2018					
Clientes	68 191	3 198	-	-	71 389
	68 191	3 198	-	-	71 389





13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	123 625	110 867
Saneamento	38 701	35 222
Pessoal	0	(3)
Devedores diversos	330 818	330 824
Cauções de Fornecedores	4 500	3 000
Acionistas/Sócios	-	-
	497 643	479 911

13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Fornecedores		
Nacionais	546 165	643 515
Entidades relacionadas	65 517	118 953
Fatura receção e conferência	15 020	-
	626 702	762 468

13.4 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Outros dívidas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	427 912	450 334
	427 912	450 334
Outras dívidas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	70 251	229 527
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	29 729	29 411
Juros	157 131	141 071
Fornecimentos e serviços por faturar	3 300	1 800
Diversos	53 931	33 473
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	131 582	133 569
Renda de concessão	23 773	23 701
	469 697	592 553
	897 609	1 042 887

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Renda de Concessão' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.





13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2019	2018
Não correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	5 374 151	5 768 727
	5 374 151	5 768 727
Correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	336 871	336 440
	336 871	336 440

13.6 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2019	2018
Capital social nominal emitido	50 000	50 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37 490	37 490
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	12 500	12 500
	50 000	50 000

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

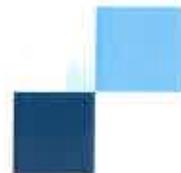
13.7 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2019:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2 501 002 237 093	CGD	3 500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2 501 002 609 093	CGD	5 000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN3 do Km 4+500 ao Km 4+630D
2 501 004 246 093	CGD	93 000	Obras	Infraestruturas de Portugal, S.A.	de Abertura de Vala EN nº3 Km 5+400 a Km 8+500 - D e F
2594.000197.793	CGD	90 000	Obras	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	de Abertura de Vala Longitudinal EN366 do km 13+900 ao km 21+900
508 660	Caixa BI	1 000 000	Concessão	Município da Azambuja	Contrato de Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento em Projet, celebrado com o Banco Caixa BI, uma garantia bancária no montante de 6.500.000 Euros.





Decorrente do contrato de concessão, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, que se mantiveram inalterados no corrente exercício ascendendo a cerca de 2.278.814 Euros.

13.8 Outros ativos financeiros

Compreende os seguintes valores:

	2019	2018
Derivados com cobertura "CAP" de taxa de juro	18 900	60 995
	18 900	60 995

Associado ao contrato de financiamento da concessão, a Águas da Azambuja, S.A. contratou em 2017 um contrato de CAP Taxa de Juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até ao final do período de reembolso do empréstimo. Nessa data o montante de prémio pago por Águas da Azambuja, S.A. foi de 171.700 euros (incluindo um reforço de 36 mil euros efetuado em 2018) e a taxa de Cap foi fixada nos 2%. A diferença na valorização do CAP a 31 de dezembro de 2019, no montante de 42.095 euros foi registada em resultados.

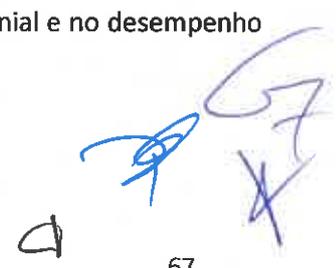
13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro
 - Risco de taxa de câmbio
 - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.





Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

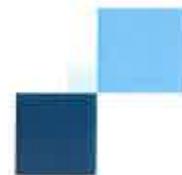
A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subsequente crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos.



14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2019	2018
Remunerações do Pessoal	227 028	179 043
Indemnizações	-	1 522
Encargos sobre Remunerações	44 942	38 380
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	3 249	2 433
Gastos de ação social	5 356	6 469
Outros gastos com o Pessoal	3 142	2 007
	283 716	229 853

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2019 foi de 11 (2018: 10 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

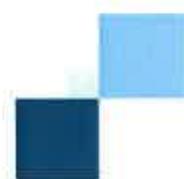
	2019	2018
Saldo a Receber		
IVA	-	3 085
		3 085
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	2 674	1 868
IVA	10 598	-
Imposto do Exercício	152 083	124 238
Contribuição para a Segurança Social	4 768	3 687
Outras Tributações	4	1 522
	170 128	131 314

15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Rendas	1 996	1 963
Encargos Bancários	59 930	59 930
Outros	6 539	6 495
	68 465	68 389





15.3 Reservas e Resultados

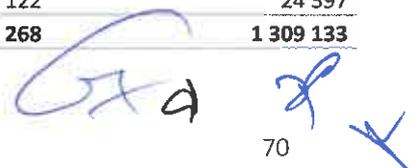
A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

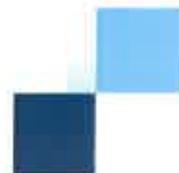
	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	24 272	(1 360 562)	851 654	(484 637)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	851 654	(851 654)	-
Resultado do ano	-	-	361 280	361 280
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	24 272	(508 909)	361 280	(123 356)
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	24 272	(508 909)	361 280	(123 357)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	361 280	(361 280)	-
Resultado do ano	-	-	424 756	424 756
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	24 272	(147 628)	424 756	301 400

15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Subcontratos	358 127	396 033
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	737 283	640 458
Publicidade e propaganda	3 289	1 873
Vigilância e segurança	1 716	686
Honorários	11 564	14 418
Comissões	636	741
Conservação e reparação	48 506	45 175
Ouros Serviços Especializados	3 776	3 031
Materiais		
Ferramentas e utensílios	1 541	260
Livros e documentação técnica	20	20
Material de escritório	770	986
Artigos para oferta	109	-
Energia e Fluidos		
Eletricidade	35 067	32 165
Combustíveis	13 519	12 283
Outros Fluidos	1 142	1 258
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	5 237	4 659
Transportes de Mercadorias	-	-
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	60 187	55 222
Comunicação	51 072	51 651
Seguros	11 990	13 905
Contencioso e notariado	2 757	4 555
Despesas de representação	153	643
Limpeza, higiene e conforto	4 683	4 714
Outros	24 122	24 397
	1 377 268	1 309 133





15.5 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Rendimentos Suplementares		
TRH	47 676	38 331
Outros	17 595	3 371
Ganhos em Inventários	2 673	2 102
Outros		
Excesso da estimativa para Impostos	4 871	-
Outros não especificados	1 546	141
	74 362	43 946

15.6 Outros Gastos

A rubrica. Outros Gastos decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Impostos	75 751	70 357
Dívidas incobráveis	8 210	9 058
Perdas em Inventários	4 094	8 227
Outros Não Especificados	42 825	29 831
	130 879	117 472

15.7 Gastos / Reversões de Depreciações

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	9 260	10 158
Ativos Intangíveis	236 170	196 696
	245 430	206 854

15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Juros Obtidos		
Atraso de pagamento de clientes	3 688	3 507
Outros Rendimentos Similares	14	-
	3 702	3 507

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'G' and other illegible marks.



15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	110 067	55 051
Empresas de grupo	11 163	11 138
Mora e Compensatórios	234	2 179
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	25 720	50 335
Serviços Bancários	478	890
Comissões Garantias	16 877	6 202
IPC Renda Concedente	1 702	6 912
Outros	21 432	22 824
	187 672	155 530

15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	4 192	3 280
	4 192	3 280

16. Aspetos Ambientais

Em 2019 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2019 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 25 de março de 2020.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

Nas últimas semanas tem vindo a ser reportado, a nível nacional um crescente número de casos de infeção da população com o vírus Covid-19, tendo o governo e restantes agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na atividade económica das empresas. Apesar de ainda não se terem verificado impactos materiais na sua atividade, o Conselho de Administração da Águas da Azambuja está a monitorizar a evolução da pandemia do Covid-19 e está a acompanhar a posição das autoridades relevantes. Nesta fase, não é possível quantificar a magnitude dos impactos se o nível de risco piorar, no entanto, estamos a implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar o impacto do vírus Covid-19 na Empresa.



18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2019, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2019, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2020, nos prazos legais.

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ADAZ – Águas da Azambuja, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 10.187.358 euros e um total de capital próprio de 2.246.399 euros, incluindo um resultado líquido de 424.756 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ADAZ – Águas da Azambuja, S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase sobre a Covid-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na nota 17 são divulgados os impactos e incertezas resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus), estimados pelo Conselho de Administração para a ADAZ – Águas da Azambuja, S.A., com base na informação disponível à data.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 8 de maio de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC n.º 1334)
Registado na CMVM com o n.º 20160944

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de ADAZ - Águas da Azambuja, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

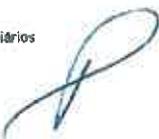
No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de ADAZ – Águas da Azambuja, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2019 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2019 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2019, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 8 de maio de 2020

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Paulo Jorge Luis da Silva (ROC n.º 1334)
Registado na CMVM com o n.º 20160944

